



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

PARECER JURÍDICO

AO PROJETO DE LEI Nº N° 024 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS.

O presente projeto apresentado pelo Senhor Prefeito Municipal, Chefe do Poder Executivo, veio para análise desta colenda Câmara, e visa autorizar o poder executivo Municipal a conceder férias coletivas a todos os servidores públicos municipais, em janeiro ou fevereiro de 2025, inclusive os ocupantes de empregos públicos, contratados, conselho tutelar, mesmo que não tenham completado o período aquisitivo, respeitadas a necessidade e o interesse público.

No tocante a férias coletivas, temos que a faculdade à concessão de férias coletivas, respeitados os requisitos, esta disciplinada pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Na esfera pública norteia-se pelo o princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular, que é o princípio geral do direito inerente a qualquer sociedade, e também condição de sua existência, ou seja, um dos principais fios condutores da conduta administrativa.

Nesse sentido, salientamos que a concessão de férias coletivas é voltada ao interesse público, pois a exemplo dos exercícios anteriores sempre se optou por este caminho, a fim de que, conforme salientado na justificativa para o projeto, possa-se iniciar a gestão com o quadro completo de funcionários, para melhor atender o público e a população que demanda dos serviços realizados pelo executivo.

Dito isto, destaca-se, também, que em consulta aos dispositivos da Lei que norteia o Regime Jurídico dos Servidores, e outras Leis Municipais, não foi encontrado óbice ao presente projeto.

Em face do exposto, diante da análise, esta Assessoria considera o presente Projeto **LEGAL** e **CONSTITUCIONAL**, estando em conformidade com as Leis Federais e Municipais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

Razão pela qual O PARECER é FAVORÁVEL, estando apto a ser analisado pelo legislativo.

Barra Funda, 25 de novembro de 2024

Jaqueli da Silveira
Assessora jurídica/OAB RS 86.539